



University of  
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

# revistafsa

[www4.fsnet.com.br/revista](http://www4.fsnet.com.br/revista)

Rev. FSA, Teresina, v. 19, n. 9, art. 20, p. 389-402, set. 2022

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2022.19.9.20>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



MIAR



## Duras Críticas às Ciências Sociais Contidas na Obra “Epistemologia: Curso de Atualização”, de Mario Bunge

### Strong Criticism of the Social Sciences Contained in the Work “Epistemologia: Curso de Atualização”, by Mario Bunge

#### Rafael Todescato Cavalheiro

Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo  
Professor na Faculdade de Educação, Tecnologia e Administração de Caarapó  
Professor Tutor na EaD da Universidade Federal da Grande Dourados  
E-mail: rafaeltodescato@hotmail.com

#### Andréia Maria Kremer

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Professora Formadora na EaD da Universidade Federal da Grande Dourados  
E-mail: andréiakremer@hotmail.com

---

#### Endereço: Rafael Todescato Cavalheiro

R. João Rosa Góes, nº 1761 - Vila Progresso, CEP  
79825-070, Dourados/MS, Brasil.

#### Endereço: Andréia Maria Kremer

R. João Rosa Góes, nº 1761 - Vila Progresso, CEP  
79825-070, Dourados/MS, Brasil.

#### Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 14/05/2022. Última versão  
recebida em 27/05/2022. Aprovado em 28/05/2022.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



## RESUMO

Esse artigo tem por objetivo sintetizar as críticas feitas por Mario Bunge às Ciências Sociais, contidas na segunda edição da obra “Epistemologia: curso de atualização”. Os resultados representam uma síntese do exame filosófico do vocabulário sociológico feito pelo autor, que resulta em um “saneamento do vocabulário sociológico”. Acreditamos que a sintetização dessas críticas pode auxiliar jovens pesquisadores da grande área das Ciências Sociais a compreendê-las e considerá-las em seus esforços de pesquisa. Os resultados são úteis para estudos futuros, que podem usá-los para oferecer respostas atualizadas a tais críticas, revelando, principalmente, como a área reagiu a elas, mudando ou mesmo ignorando-as.

**Palavras-Chave:** Epistemologia. Ciências Sociais. Vocabulário. Mario Bunge.

## ABSTRACT

This article aims to synthesize the criticisms made by Mario Bunge to the Social Sciences contained in the second edition of the work “Epistemologia: curso de atualização”. The results represent a synthesis of the author's philosophical examination of the sociological vocabulary, which results in a “sanitation of the sociological vocabulary”. We believe that the synthesis of these criticisms can help young researchers in the great area of Social Sciences to understand them, and to consider them in their research efforts. The results are useful for future studies, which can use them to offer updated answers to such criticisms, revealing, mainly, how the area reacted to them, changing or even ignoring them.

**Keywords:** Epistemology. Social Sciences. Vocabulary. Mario Bunge.

## 1 INTRODUÇÃO

Esse artigo tem por objetivo sintetizar as críticas feitas por Mario Bunge às Ciências Sociais, contidas na segunda edição da obra “Epistemología: curso de actualización”, traduzida para o português por Cláudio Navarra e publicada pela Editora da Universidade de São Paulo, em 1980. O leitor pode se perguntar, mas por que isso é importante? Afinal quem é Mario Bunge? Responderemos a esses questionamentos a seguir.

Mario Bunge é um estudioso argentino, nascido em Buenos Aires, em 1919. Estudou na Universidade Nacional de la Plata, onde, no ano de 1952, obteve seu doutorado em Ciências Físico-Matemáticas. Exerceu a docência na área de Física Teórica e Filosofia, em Buenos Aires, até 1966. A partir daí, tornou-se professor de Lógica e Metafísica na Universidade McGill, em Montreal, no Canadá, onde se aposentou em meados de 1990 e faleceu em fevereiro de 2020. Bunge lecionou em numerosas universidades norte-americanas, europeias e, no Brasil, foi professor da Unicamp (CUPANI; PIETROCOLA, 2002). Bunge é um dos autores latino-americanos mais prolíficos e citados<sup>1</sup> da história. Em 1984, tornou-se membro da *American Association for the Advancement of Science* e, em 1992, da *Royal Society of Canada*, também foi laureado com o Prêmio Príncipe das Astúrias (2009) e prêmio Ludwig Von Bertalanffy em *Complexity Thinking*, em 2014 (PERUZZO JR.; BUNGE, 2017).

Além da posição de destaque do autor, é importante ressaltar que a obra “Epistemología: curso de atualização” está esgotada e é difícil adquiri-la, mesmo em sebos, fato este que representa uma das motivações para construção do presente texto. Cabe ressaltar que Bunge faz duras críticas às Ciências Sociais, principalmente ao seu vocabulário. A sintetização dessas críticas pode auxiliar jovens pesquisadores, da grande área das Ciências Sociais, a compreendê-las, e considerá-las em seus esforços de pesquisa, tendo em vista que os questionamentos das ditas “ciências maduras” frequentemente vêm à tona e ainda representam desafios para a área.

Bunge destaca que não foi fácil para as Ciências Sociais tornarem-se ciência e que não é fácil permanecer nesse caminho. O autor propõe que os cientistas acostumados com “metodologias rigorosas” podem “ajudar”, de maneira construtiva, as Ciências Sociais, tornando-se cientistas sociais de ocasião ou transferindo metodologias das “ciências maduras” para as “imaturas”. Nesse sentido, Bunge propõe um “saneamento do vocabulário

---

<sup>1</sup> Em consulta realizada em 09/04/2022, o autor possuía 51.961 citações no Google Scholar, sendo 1.929 relativas a obra “Epistemología: curso de actualización”, disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?user=7MmcYgEAAA&hl=pt-BR&oi=ao>

sociológico”, e o faz, criticando, nas palavras do autor, as “aberrações verbais, visto que estas não são mais que manifestações da pobreza teórica que se quer corrigir” (BUNGE, 1980, p. 141). Reiteramos que tal sintetização não significa concordância dos autores do presente texto, e sim um esforço para exteriorizar as duras críticas feitas às Ciências Sociais. Também não cabe aqui uma resposta atualizada a tais críticas, sendo essa uma proposta para futuros estudos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Exame Filosófico do Vocabulário Sociológico na perspectiva de Mario Bunge

Bunge inicia seu exame filosófico das Ciências Sociais mencionando que estudiosos das ciências naturais “sentem-se inicialmente repellido[s] pelo hermetismo de seu jargão, pela pobreza e inexatidão das ideias e pelas pretensões de fazer passar a procura de dados sem importância por investigação científica e a doutrina imprecisa por teoria científica” (BUNGE, 1980, p. 139). O autor diz que tal impressão negativa é parcialmente justificada, haja vista que a Sociologia, apesar de ser subdesenvolvida, entrou no “bom caminho da ciência”.

As Ciências Sociais, na visão de Bunge, em grande medida, se inserem entre a filosofia e a ideologia. O autor adverte que, se a filosofia for dogmática, limitar-se a repetir ao invés de propor novos problemas e adotar novas técnicas, sua influência será nefasta e impedirá a área de avançar. No que tange à ideologia, Bunge ressalta a importância das ideologias sócio-políticas para as Ciências Sociais, entretanto argumenta que a Sociologia deve aparelhar-se com uma ideologia esclarecedora e a serviço do povo, ao invés de impor soluções prontas a problemas não estudados e que “aceite a tese de que os problemas sociais devem ser estudados antes de neles interferirmos” (BUNGE, 1980, p. 140). O autor menciona que é fundamental encarar cientificamente os problemas sociais, de modo a evitar ações, que apesar de bem intencionadas, são improvisadas e cegas. As próximas subseções serão dedicadas à sintetização do “saneamento do vocabulário sociológico”, feito por Bunge.

### 2.2 Dependência

Bunge propõe que existem graus de dependência (entre países, por exemplo), ou seja, a dependência existe em certos aspectos e em determinados graus. O autor propõe uma expressão intuitiva: **w depende de x no aspecto y e no grau z**, e sugere até que esse conceito seja descrito matematicamente através de funções. Dessa forma, na visão de Bunge, a

descrição da dependência seria mais exata, talvez, abrindo caminho para teorias propriamente ditas e não “simples opiniões ou doutrinas” (BUNGE, 1980, p. 141).

### **2.3 Causalidade e possibilidade**

Na filosofia, há um julgamento de que é necessário substituir a causalidade pela possibilidade. Bunge afirma que, nas Ciências Sociais, alguns cientistas assumiram essa tese, como Kalman Silvert, que defende ser mais adequado falar que “existem acontecimentos ou circunstâncias que tornam possíveis outros fatos, ao invés de dizer que os causam” (BUNGE, 1980, p. 142). Trazendo a visão das “ciências maduras”, o autor sustenta que “uma condição que possibilita um fato é chamada de condição necessária; quando se dão todas as condições necessárias e suficientes para que se produza um fato, fala-se em causação” (BUNGE, 1980, p. 142), logo, é necessário distinguir possibilidade de necessidade causal, haja vista que, mesmo calculando a probabilidade de que uma causa produza determinado efeito, isso não basta para explicar o fenômeno.

### **2.4 Decisão**

A teoria da decisão estuda matematicamente as decisões que são tomadas para atingir determinados fins, com a ajuda de certos meios. Bunge afirma que essa teoria é falsa, por romper com a barreira fato-valor, por tratar ao mesmo tempo de meios e fins (BUNGE, 1980). O autor destaca que, como todo ato deliberado é precedido de uma decisão racional, não se pode dizer que as Ciências Sociais são forçosamente inexatas, pois ocupam-se de atos deliberados praticados com a finalidade de atingir determinado fim. Como as decisões são individuais, apesar de poderem ser acordadas em grupo, isso não significa que o grupo em si (como ente supraindividual) seja capaz de tomar decisões.

### **2.5 Definição operacional e indicador**

Bunge afirma que a expressão “definição operacional” usada nas ciências sociais (ex. sociologia e psicologia) não tem sentido, pois “não é definição e não é operacional, mas simplesmente uma relação entre variáveis inobserváveis, de uma parte, e variáveis observáveis ou mensuráveis, de outra. As segundas agem como indicadores ou índices das primeiras” (BUNGE, 1980, p. 144).

## 2.6 Estrutura e estruturalismo

Bunge salienta que quando se fala, por exemplo, em “visão estrutural dos problemas sociais” ou “história estrutural” não se sabe do que se trata. O autor apresenta o conceito matemático de estrutura, que “é um conjunto arbitrário de elementos dotados de uma ou mais relações, operações ou funções” (BUNGE, 1980, p. 144), logo, uma “visão estrutural” seria uma conceitualização do fato, com auxílio de modelos matemáticos. Bunge tece uma crítica à sociologia, no sentido de que a frase “visão estrutural” parece mais ser uma doutrina do que um método.

## 2.7 Exploração

A noção de exploração, na visão de Bunge, é qualitativa e pouco clara. O autor sugere que essa noção seja quantificada e esclarecida utilizando como base os conceitos econômicos clássicos de custos e benefícios. Após apresentar matematicamente a ideia, Bunge explica que, para calcular o grau de exploração, individual ou coletiva, é necessário: a) estimar os custos e benefícios num período relativamente longo e b) incluir os benefícios diretos (remuneração) e indiretos ou sociais (saúde pública, educação, aposentadoria, etc.). A adoção dessa noção de grau de exploração “contribuiria para uma melhor descrição das situações de fato, bem como para a formulação de modelos matemáticos de exploração” (BUNGE, 1980, p. 146).

## 2.8 Grupo Social

Bunge sustenta que o conceito de grupo social (particularmente o de classe social) é tão básico para a área, que poucos se preocupam em esclarecê-lo. Na visão de Bunge, é possível fazer a seguinte análise:

seja  $C = \langle H, R \rangle$  uma comunidade que consta de um conjunto  $H$  de pessoas ligadas por relações sociais compreendidas no conjunto  $R$ . Algumas são relações de equivalência (reflexivas, simétricas e transitivas). Exemplos: ocupação similar, nível cultural parecido, filiação à mesma igreja e poder econômico semelhante. Qualquer dessas relações de equivalência social induz a uma divisão do conjunto  $H$  em subconjuntos homogêneos mutuamente disjuntos: cada um deles é um grupo social. [...]. Haverá tantas coleções de grupos sociais quantas forem as relações de equivalência social. A totalidade dessas divisões pode ser chamada de estrutura social  $H$ . O que vale

para os grupos sociais em geral vale para as classes sociais (BUNGE, 1980, p. 146-147).

O autor concorda que essa forma de conceber as classes sociais é simplista, contudo entende ser preferível um conceito simples e claro a uma palavra que não designa conceito algum. Bunge afirma que aqueles que insistem em considerar a realidade muito complexa, para caber em fórmulas matemáticas, são obscurantistas, e às vezes o fazem em defesa da própria ignorância.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 Ideologia

Bunge reconhece que existem dois tipos de ideologia: as religiosas e as sócio-políticas, sendo apenas a última o foco da obra. Uma ideologia sócio-política é “uma visão de mundo social: é um conjunto de crenças referentes à sociedade, ao lugar do indivíduo na sociedade, à organização da comunidade e ao controle político da mesma” (BUNGE, 1980, p. 147-148). O autor agrupa essas crenças em quatro grupos: a) Afirmações ontológicas acerca da natureza da pessoa e da sociedade; b) Afirmações acerca dos problemas econômicos, culturais e políticos das comunidades; c) Juízos de valor sobre as pessoas e seus atos sociais, bem como sobre suas organizações e metas; d) Um programa de ação (ou inação) para a solução (ou manutenção) dos problemas sociais e a obtenção de um conjunto de metas individuais e sociais.

As diferenças entre uma ideologia e uma teoria sócio-política são abordadas por Bunge: uma teoria é constituída por hipóteses e não por afirmações dogmáticas, e não contém juízos de valor nem programas de ação. Uma ideologia não é resultado de uma investigação básica, nem se modifica pelas novidades científicas geradas por ela. As mudanças ideológicas geralmente são introduzidas por um líder carismático e não pela comunidade científica. Em suma, a ideologia “não tolera a crítica, não exerce autocrítica e não está ao dia com os avanços da ciência social” (BUNGE, 1980, p. 149). Tais ideologias são consideradas não científicas.

Bunge destaca, entretanto, que é concebível obtermos uma ideologia adequada às Ciências Sociais e à realidade social de uma determinada área. Logo, na visão do autor, é possível construir ideologias científicas, fundadas no estudo científico da realidade social e em um sistema de valores autenticamente democrático. Apesar disso, Bunge admite que ainda estamos longe de encontrarmos tais ideologias. O autor também reconhece que a ciência social nunca está livre da ideologia, haja vista que “o levantamento de problemas científicos,

a elaboração de planos de investigação e a avaliação dos resultados têm lugar num quadro conceitual que inclui elementos ideológicos” (BUNGE, 1980, p. 150).

Dessa forma, Bunge assume que a ideologia pode inspirar a investigação científica ou obscurantizá-la. Portanto, não convém à ciência continuar insistindo em uma “impossível neutralidade ideológica. A neutralidade não passa de uma folha de parreira política” (BUNGE, 1980, p. 150). Para Bunge, é necessário submeter a ideologia ao controle da ciência ao invés de negar a interdependência entre elas.

### **3.2 Infraestrutura e superestrutura**

Bunge argumenta que é comum serem feitas distinções entre infraestrutura material e superestrutura ideal ou cultural, principalmente por materialistas históricos e idealistas. De acordo com Bunge, os materialistas históricos sustentam que a infraestrutura gera e domina a superestrutura e os idealistas creem no contrário, entretanto, na visão do autor, essa separação não existe e não tem nenhuma utilidade heurística.

Para Bunge, a distinção dos três subsistemas - economia, cultura e política - dentro de qualquer comunidade, é mais sugestivo e útil do que a divisão entre infraestrutura e superestrutura. Cada um desses subsistemas é um conjunto de pessoas que exercem certas atividades e não um conjunto de atividades desinteressadas. Além disso, esses subsistemas se intersectam, ou seja, não são estranhos entre si. Dessa forma, Bunge afirma que a análise de um sistema social dividido em três subsistemas é mais sugestiva e realista do que a dualidade de infraestrutura e superestrutura.

### **3.3 Lei e causa**

As leis naturais ou sociais, frequentemente, são concebidas como causas dos efeitos de uma determinada lei. Na concepção contemporânea de lei natural ou social, “as leis não existem separadamente das coisas, mas são o modo constante (pauta) de ser e devir das coisas em si mesmas” (BUNGE, 1980, p. 152). Portanto, para Bunge, as leis não são causas e não têm efeitos.

### **3.4 Lógica dos fatos**

Bunge explica que não existe lógica dos fatos (a não ser em sistemas idealistas como o de Hegel), do mesmo modo que não há física dos conceitos. O autor afirma que o que há são mecanismos dos fatos, que são parte das tendências e das leis. De acordo com Bunge, “não



existe uma Lógica social, assim como não há uma Lógica química: existe apenas a Lógica, simplesmente (ou simbólica, ou matemática)” (BUNGE, 1980, p. 152).

### 3.5 Matemática e Ciências Sociais

Bunge destaca que os pesquisadores das Ciências Sociais podem recorrer à Matemática não só para usar a Estatística matemática, mas também para elaborar suas ideias. O autor apresenta as funções da Matemática nas Ciências Sociais:

- a) a Matemática fornece a todas as ciências um esqueleto formal pré-fabricado que pode receber qualquer conteúdo empírico compatível com a estrutura formal; b) a matematização dos conceitos e das proposições aumenta a exatidão e, portanto, a clareza das ideias; c) uma teoria matemática possui um poder dedutivo que não existe numa doutrina verbal [...]; d) a precisão e o poder dedutivo aumentam a verificabilidade da teoria [...]; e) a teoria pode ser melhor ordenada e, de modo particular, pode ser axiomatizada; f) o melhor ordenamento lógico e a facilitação da comprovação empírica tornam por sua vez mais fácil a comparação da teoria dada com teorias rivais; g) ficam automaticamente resolvidas, e sem recurso a qualquer ideologia, velhas controvérsias filosóficas que têm dificultado a marcha da ciência, como é o caso do individualismo e o coletivismo metodológico nas Ciências Sociais (BUNGE, 1980, p. 153).

Explicando a função (g), Bunge menciona que os individualistas defendem que todo discurso sociológico deve referir-se aos indivíduos de uma sociedade, já os coletivistas sustentam que existem propriedades sociais coletivas inexplicáveis por propriedades individuais. Nesse espectro, Bunge sugere que a Sociologia matemática não entra nesta disjuntiva, pois emprega “ferramentas conceituais adequadas”. Para sustentar essa ideia, o autor usa a noção matemática de estrutura relacional, da seguinte forma: uma sociedade não é um mero conjunto de indivíduos, tampouco um ente supraindividual, haja vista que, as relações que ligam os membros de uma sociedade não existiriam sem estes, nem estes seriam membros de uma sociedade se não estivessem relacionados entre si. Para o autor, essa simples noção qualitativa da Matemática “revela o absurdo do individualismo e do coletivismo metodológicos” (BUNGE, 1980, p. 154).

### 3.6 Método dialético

Bunge afirma que, entre os sociólogos do “Terceiro Mundo”, está na moda falar de método dialético e que, contudo, ninguém parece saber de que, de fato, consiste tal método. De acordo com o autor, “trata-se de um conjunto de hipóteses muito gerais, chamadas ‘leis da dialética’, acerca do devir, particularmente do desenvolvimento sócio-histórico. Estas

hipóteses mais ou menos precisas não constituem um método, [...] constituem uma doutrina” (BUNGE, 1980, p. 154). Tal enfoque é caracterizado pela busca por polaridades e por exagerar a importância dos conflitos.

Nesse sentido, na visão de Bunge, não existe um método dialético e sim uma abordagem dialética de problemas, que pressupõe a ontologia dialética e tenta nela encaixar os objetos de estudo. O autor é bastante crítico ao afirmar que “a frequência com que aparecem as expressões ‘processo dialético’ e ‘método dialético’ num campo de estudos é um bom indicador do seu baixo grau de desenvolvimento” (BUNGE, 1980, p. 155). Bunge encerra a subseção afirmando que a dialética é dinamicista, mas não é científica; a ciência não é dialética, mas é dinamicista, clara e às vezes verdadeira.

### 3.7 Polaridade

De acordo com Bunge, é característico do pensamento arcaico reduzir tudo a pares de opostos. O autor explica que a filosofia dialética é adotada por “sociólogos do subdesenvolvimento” de modo a distinguir os componentes mutuamente contraditórios do sistema em análise e encontram nessa oposição o impulso de seu desenvolvimento. Bunge critica essa polarização (dicotômica) que, além de primitiva, é incompatível com uma visão científica do mundo. Bunge ainda explicita que “não é possível fazer girar toda uma filosofia em torno da obscuridade [do significado de oposição implícito na polaridade]. Como não é possível obstinar-se em reduzir a complexidade real a polaridades e lutas de contrários, como o faziam os pré-socráticos” (BUNGE, 1980, p. 156-157).

### 3.8 Sentido e significação dos fatos

O uso da expressão “significação dos fatos sociais”, segundo Bunge, tem suas raízes em Max Weber e, além de equívoca, é evitável. O autor esclarece que há uma falta de clareza do que realmente significa tal expressão, “a menos que se queira dizer a contribuição do fato  $x$  ao fato posterior  $y$ , onde  $y$  ou é o fato principal que se estuda ou uma finalidade a ser atingida” (BUNGE, 1980, p. 157). É possível, etimologicamente, falar de significação para se referir a signos ou símbolos escritos ou falados, mas não de fatos extralinguísticos.

### 3.9 Teoria, quadro teórico, doutrina e interpretação

Bunge critica duramente as Ciências Sociais ao mencionar que “há uma tendência de dignificar com o nome de teoria qualquer amontoado de opiniões, por mais desconexas e

infundadas que sejam. Quase sempre, tratam-se meramente de quadros teóricos ou de doutrinas” (BUNGE, 1980, p. 160).

Quadro teórico ou conceitual, também chamado pelo autor de contexto, é caracterizado por um conjunto de proposições referentes a um mesmo domínio, contendo certos conceitos que constituem um grupo homogêneo. Bunge destaca que um contexto (quadro teórico) serve de insumo para a criação de teorias, que são elaboradas, por meio da seleção de proposições, de modo que permaneçam somente aquelas que representam um conjunto coerente. Uma doutrina é, de acordo com Bunge, um corpo de ideias que pode ser ensinado ou transmitido. Geralmente as predições, se for possível fazê-las, são imprecisas e não passíveis de terem o seu grau de verdade testadas, frente aos dados empíricos. Como uma doutrina não pode ser comprovável empiricamente, ela não pode ser considerada uma teoria, tampouco, teoria científica (BUNGE, 1980). O autor cita como exemplos de doutrina o estruturalismo, a Psicanálise e o materialismo histórico.

Nesse sentido, Bunge explica que, uma teoria, é um corpo de ideias organizado logicamente, ou seja, é um conjunto de proposições, todas referentes a determinado assunto, que são ou uma premissa ou uma consequência lógica de outras proposições da teoria. O autor insiste que uma teoria representa um sistema hipotético-dedutivo, que permite o levantamento e solução de problemas, com a previsão ou retrodição de eventos. O confronto entre as proposições da teoria e a realidade empírica juntamente com outras teorias já aceitas permite a constatação do grau de verdade da teoria. Para ser considerada “teoria científica verdadeira”, precisa passar pelo teste empírico e conceitual (BUNGE, 1980, p. 161). Bunge finaliza a seção criticando a Sociologia, que chama as doutrinas de interpretação. Para o autor, o termo “interpretação” é reservado para designar uma operação consistente em atribuir significado a uma teoria abstrata (não interpretada).

### **3.10 Teoria geral e teoria específica**

Uma teoria geral diz respeito a todo um gênero de objetos e uma teoria específica refere-se a uma das espécies de tal gênero. Bunge afirma que uma teoria geral abrange cada uma das teorias específicas, agregando apenas certas premissas específicas, ou seja, “dado um conjunto de teorias específicas, pode-se extrair delas uma teoria geral, bastando para isso suprimir todas as premissas particulares e manter as suposições comuns a todas as teorias específicas em apreço” (BUNGE, 1980, p. 163).

### 3.11 Tipo ideal

Bunge argumenta que o ambíguo conceito weberiano de “tipo ideal” pode representar um modelo a ser seguido, uma norma de ação do agente racional, ou ainda um modelo teórico com idealizações extremas. Em nenhum desses conceitos pode-se compreender as idealizações científicas, que são os modelos teóricos por excelência e, em particular, os modelos matemáticos (BUNGE, 1980). Apesar de todos os modelos teóricos possuírem idealizações científicas, ou seja, esquematizarem a realidade e constituírem um objeto ideal (conceitual), isso não é suficiente para caracterizar uma teoria científica, haja vista que assim como as classificações, as teorias científicas criam esquemas (esquematizam) da realidade (BUNGE, 1980). Por isso, Bunge sugere o abandono da expressão “tipo ideal”.

### 3.12 Valor e objeto valioso

Os conceitos de valor e objeto valioso, frequentemente usados por sociólogos, na visão de Bunge, significam apenas objetos a que atribuímos algum valor, em algum aspecto. A noção de valor é apenas um componente do conceito complexo de objeto valioso. O autor sugere que todo sujeito humano  $x$  pode atribuir valor  $v$  a qualquer objeto  $y$ , que pode ser expresso pelo seguinte esquema de axiologia:  $V_{(x, y)} = v$ , onde  $V$  é uma função de valoração. Bunge (1980, p. 164) destaca que “essa representação torna clara a diferença entre o sujeito  $x$  que efetua a avaliação, o objeto  $y$  avaliado, e o valor  $v$  que  $x$  atribui a  $y$ . Mudando-se o sujeito, o valor poderá mudar ainda quando não mude o objeto”. Bunge sugere que tal esquema pode ajudar a mitigar os problemas relativos à atribuição de valor a objetos nas Ciências Sociais.

### 3.13 Sociologia subdesenvolvida e avançada

Bunge afirma que nos países subdesenvolvidos, a Sociologia raramente atinge um nível científico moderno. O autor segrega a literatura sociológica da seguinte forma:

- (a) *Impressionismo*: apreciações fundadas tão somente na experiência pessoal. (b) *Crítica Social*: fundada em dados parciais ou slogans ideológicos. (c) *Ideologia*: juízos de valor e programas de ação. (d) *Sociologia literária ou filosófica*: descrições e análises impressionistas fundadas em dados escassos e que não chegam a ser teorias. (e) *Sociologia científica*: conjunto de hipóteses verificáveis e de dados fidedignos. A Sociologia científica passou por três etapas de desenvolvimento [Sociografia, Sociologia clássica e Sociologia avançada], que hoje coexistem (BUNGE, 1980, p. 157-158).

Bunge explica que a Sociografia é caracterizada por pesquisadores cuidadosos, que colecionam dados desinteressantes e com pouca relevância para desvelar os mecanismos da mudança social. A Sociologia clássica é marcada por grandes teóricos como Marx, Durkheim, Weber, entre outros, que fizeram grandes sínteses teóricas, que apesar de se basearem em dados confiáveis, são meramente verbais e, portanto, imprecisas. Já a Sociologia avançada é caracterizada pela proposição de modelos matemáticos, que sugerem dados confiáveis, ou grandes experimentos sociais, tendo como destaque autores como Pareto, Coleman, Dahl, entre outros (BUNGE, 1980). Bunge finaliza afirmando que nos países periféricos há resistência para a Sociologia avançada, tanto por parte dos positivistas, que se prendem a dados superficiais e que rejeitam qualquer teoria (limitam-se à Sociografia), quanto por parte dos humanistas, que são idealistas e acreditam que as Ciências Sociais são alheias ao método científico, pois são tidas como ciências do espírito.

### **3.14 Sociologia latino-americana**

A produção sociológica latino-americana, na visão de Bunge, possui diversos defeitos conceituais, por geralmente se embasar em noções obscuras ou imprecisas, além de hipóteses dificilmente comprováveis. Como, para Bunge, a Matemática é uma ferramenta conceitual universal, as teorias sociológicas da América Latina precisam ser construídas com base nela.

Além disso, o autor defende que, para eliminar os defeitos conceituais, característicos do pensamento sociológico tradicional, os conceitos precisam ser elucidados e alguns até estratificados, fundamentados em análise conceitual e na Matemática elementar. Dessa forma, “seriam pesquisados dados relevantes para teorias bem formuladas, ao invés de acumular dados apenas por acumular, ou para alimentar hipóteses imprecisas” (BUNGE, 1980, p. 160).

## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse breve artigo, buscamos sintetizar as duras críticas feitas por Mario Bunge às Ciências Sociais, principalmente ao seu vocabulário. Acreditamos que a sintetização dessas críticas pode auxiliar jovens pesquisadores da grande área das Ciências Sociais a compreendê-las e considerá-las em seus esforços de pesquisa. Conforme mencionado nas considerações iniciais, tal sintetização não significa concordância dos autores do presente texto com as críticas feitas por Bunge, e sim um esforço para exteriorizá-las.

Toda ciência possui barreiras de linguagem que dificultam a comunicação do conhecimento, que são chamadas por Mario Bunge de “obscuridades conceituais”. Para

resolver isso, Bunge (1980, p. 165) recomenda que “a melhor maneira de esclarecer as ideias é sistematizá-las, ou seja, reuni-las em teorias”. Nas Ciências Sociais, Bunge afirma que o problema é que “existem poucas teorias e muitas doutrinas ou opiniões. Existe também uma notória resistência à teorização, devido a uma filosofia antiquada que confunde teoria científica com especulação desenfreada” (BUNGE, 1980, p. 165).

Como ficou evidente na seção anterior, Bunge tem uma visão de mundo bastante ortodoxa, defendendo suas ideias com base na racionalização e na Matemática elementar. Tais críticas são bastante duras e podem ser contestadas por várias correntes acadêmicas. Diante disso, sugerimos que estudos futuros sejam desenvolvidos buscando oferecer respostas atualizadas a tais críticas, revelando, principalmente, como as Ciências Sociais reagiram a elas, mudando ou mesmo ignorando-as.

## REFERÊNCIAS

BUNGE, M. **Epistemologia**: curso de atualização. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

CUPANI, A.; PIETROCOLA, M. A relevância da epistemologia de Mario Bunge para o ensino de ciências. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 19, n. Especial, p. 100–125, 2002.

PERUZZO JR., L.; BUNGE, M. O Realismo Científico de Mario Bunge. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 29, n. 46, p. 353-361, 2017.

### Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

CAVALHEIRO, R. T; KREMER, A. M. Duras Críticas às Ciências Sociais Contidas na Obra “Epistemologia: Curso de Atualização”, de Mario Bunge. **Rev. FSA**, Teresina, v.19, n. 9, art. 20, p. 389-402, set. 2022.

| Contribuição dos Autores                                     | R. T.<br>Cavalheiro | A. M.<br>Kremer |
|--|---------------------|-----------------|
| 1) concepção e planejamento.                                 | X                   | X               |
| 2) análise e interpretação dos dados.                        | X                   | X               |
| 3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo. | X                   | X               |
| 4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.  | X                   | X               |